



**A DIVERSIDADE CULTURAL E O CURRÍCULO ESCOLAR: A
RESSIGNIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Gilmar Ribeiro Pereira¹
(GECET/IFMS)

Resumo

A diversidade cultural está presente em vários espaços da sociedade brasileira, principalmente na escola, onde aflora com mais intensidade as diferenças sociais e culturais, que são produzidas pelas as representações sociais dos docentes e discentes. Tais questões não têm sido tratadas com o devido respaldo pedagógico no currículo escolar, uma vez que este se esquivava em não abordar as problematizações das diferenças sociais e culturais, assim procura-se apenas ater aos aspectos econômicos e políticos, elementos que estão voltados à cultura burguesa, ou seja, vinculados a produzir conhecimentos cristalizantes da classe dominante. Neste contexto histórico esses conhecimentos são a negação da diversidade social e racial de valores culturais. Temos a presença dos parâmetros curriculares nacionais, que não são regras, porém, de forma irônica trazem em seu bojo uma discussão ampla sobre a diversidade cultural. Ou melhor, instiga a discutir e refletir as culturas indígenas, culturas africanas e afro-brasileiras, entretanto, isso é restringido pelo currículo escolar tradicional e conservador. Em pleno século XXI, não é possível aceitar tal negação de valores e práticas sociais, no contexto educacional. Contudo, refletir e debater a diversidade cultural e o currículo escolar é de alguma forma possibilitar a revitalização da identidade, das relações étnico-raciais, da autoimagem e autoestima, o prestígio social e histórico dos discentes afro-brasileiros. Logo, este artigo a diversidade cultural e currículo escolar: a ressignificação das relações étnico-raciais é pertinente, pois, acredita que escola é um espaço pertinente para debater, refletir e se possível elencar sugestões como: de convívio saudável, de respeito mútuo, solidariedade e de cultura de paz, uma vez, que escola é um “território” de relações de poderes e de representações sociais. Sem dúvida, a escola pode contribuir muito para essa tarefa.

Palavras-chave: Diversidade Cultural. Currículo. Cultura Afro-brasileira. Escola.

Abstract

Cultural diversity is present in several areas of Brazilian society, especially at school, where crops with greater intensity the social and cultural differences, which are produced by the social representations of teachers and students. Such issues have not been treated with due support teaching in the school curriculum, since it dodges not address the problems found in the social and cultural differences, so if you want just

¹ Mestrando na área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da UEMS – Paranaíba-MS. Docente em História no Instituto Federal Mato do Grosso do Sul – Três Lagoas. Contato: hist.gil@ig.com.br



stick to the economic and political aspects, elements that are focused culture bourgeois, ie, bound to produce crystallizing knowledge of the ruling class. In this historical context that knowledge is the denial of social and cultural values of racial diversity. We have the presence of a national curriculum, which are, however, rules ironically bring with it a broad discussion on cultural diversity. Or rather, instigates discuss and reflect african-Brazilian indigenous cultures, and African cultures, however, this is restricted by traditional and conservative curriculum. In the XXI century, it is not possible to accept such a denial of social values and practices in educational context. However, reflect and discuss cultural diversity and curriculum is somehow enable the revitalization of identity, ethnic-racial relationships, self-image and self-esteem, social prestige and history of african-Brazilian students. Therefore, this article and cultural diversity curriculum: a redefinition of ethnic-racial relations is relevant because, believe that school is a relevant space to discuss, reflect and suggestions as possible to list: healthy coexistence, mutual respect, solidarity and a culture of peace, once again, that school is a "territory" of power relations and social representations. Undoubtedly, the school can greatly contribute to this task.

Keywords: Cultural Diversity. Curriculum. Afro-Brazilian culture. School

Introdução

O presente artigo “A diversidade cultural e o currículo escolar: a ressignificação das relações étnico-raciais” procura esclarecer como ao longo dos anos tem-se negado amplamente a diversidade cultural nos currículos escolares, sendo que, as culturas indígenas, culturas africanas e a cultura afro-brasileira fazem parte da construção da nação brasileira.

Tal negação é constituída por controle de poderes estabelecidos por uma classe social burguesa, que não permite que outros grupos sociais sejam reconhecidos verdadeiramente por meio do currículo escolar. Logo, tais culturas como as indígenas, africanas, afro-brasileiras são tratadas de forma pejorativa e sem nenhuma ressignificação histórica de seu tempo e espaço.

Contudo, são temáticas que estão relacionadas às diferenças sociais, a intolerância, o desrespeito mútuo, que não surgiram do nada, portanto tem uma história que, em geral tem suas raízes na intolerância referente as diferenças ou diversidade social, racial, étnica e cultural. Assim sendo tais desconstruções alienantes são possíveis por meio do incentivo ao exercício do debate, da reflexão, da ressignificação das fronteiras, do reconhecimento da identidade, da solidariedade e do respeito às diferenças individuais.

Nesse sentido Lopes (2006, p.16) oferece, “conceito de currículo, como forma de organização do conhecimento escolar, surge como importante na reflexão sobre o papel social da escola”. A escola é o espaço da fusão de diversidades sociais e culturais, isto é, cabe refletir e debater como está sendo abordadas tais implicações sociais e culturais no currículo escolar.

Para Sacristán (2000, p.17) “O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e alunos, é uma opção

historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, social e escolar”.

Ainda nesse sentido, “o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram atrelados à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião” (APPLE, 2011, p.49). Nota-se que o currículo está intrinsecamente ligado à diversidade cultural, daí então, conhecer melhor como é organizada socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente os povos indígenas, africanos e até mesmo como se reconhece os jovens afro-brasileiros dentro desse contexto sócio-histórico e cultural. Portanto não deve ser visto apenas como um seriado de conteúdos, que foram criados para serem “decifrados” ou “codificados”, ou seja, de reprodução conservadora e burguesa.

Cabe lembrar Bernardo (2008, p.52), “a partir do momento em que a escola abriu suas portas para receber as discussões sobre as relações raciais, ela começou a dialogar com outros saberes, tornando-se assim mais justa e democrática”. A escola pública demonstra um contingente muito grande de diversidade cultural, política e religiosa, entretanto, as discussões que ocorrem sobre as culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras são traduzidas somente em datas comemorativas ou folclorização, e, não durante o processo histórico. Portanto fica-se preso aos dados demagógicos de reprodução burguesa, conservadora e desumana.

Todavia, não valorizar tais elementos é perder a oportunidade de fazer da escola um espaço acolhedor e agradável.

Assim, Gusmão (2003, p. 103), “Entre desejos, sonhos, princípios legais e políticas educativas, a diversidade social e cultural desafia nossas práticas e nossos valores e nos coloca diante de nosso enigma maior: a diferença do outro, a semelhança do mesmo”. Entretanto, nota-se que existe semelhança em um/outro, então não há somente diferenças no outro, pois então, assim caminhar para igualdade é a superação dos preconceitos, das discriminações e dos racismos. Em uma sociedade brasileira marcada pelas diferenças socioeconômicas e de mediações padronizadas culturalmente, reforça a cultura burguesa que mascara intelectualmente suas ambiguidades.

Para tanto, o currículo escolar não deve ser unilateral de concepções liberais e, contudo, levar em conta as diversidades sociais e culturais, no referido tratamento das culturas indígenas, culturas africanas e afro-brasileiras. Nesse sentido, Gomes (2007, p. 18) contribui: “os currículos e práticas escolares que incorporam essa visão de educação tendem a ficarem mais próximos do trato positivo da diversidade humana, cultural e social”.

Assim, refletir, debater e criar ações concretas em relação à diversidade cultural e o currículo escolar é de alguma forma possibilitar a revitalização da identidade, da autoimagem e autoestima, o prestígio social e histórico dos discentes afro-brasileiros. Sem dúvida a escola pode contribuir muito para essa tarefa.

A diversidade cultural e o currículo escolar

Diante das literaturas nota-se que o Brasil é uma nação miscigenada, de uma pluralidade cultural riquíssima, que de alguma forma os currículos escolares ocultam essa diversidade social e cultural existente em nosso País. Ou logo, conclui-se que a



escola dá preferência em discutir e refletir questões pertinentes às elites brancas eurocêntricas que reforçam o mito da “democracia racial” (SILVA; SOUZA, 2008), ou seja, literaturas conservadoras, que não possibilitam a emancipação política do Ser. Referindo-se a Pereira (2007) é inadmissível que a sociedade brasileira e sistema educacional, em particular, aceite políticas etnocêntricas e de cunho racista, que exclui e agride os diferentes grupos étnicos e culturais do País.

Em reforço a tal questão para Gomes (2006) no jogo das relações de poderes ampliaram-se as diferenças sociais e culturais, sendo que tais diferenças foram lentamente ao longo do processo histórico cristalizando e naturalizando em desigualdades socioeconômicas e culturais.

No Brasil tais lutas sociais intensificaram-se com a redemocratização nos anos 80, daí então, as massas populares e os movimentos sociais, vêm reivindicando uma escola que leve em conta as diferenças sociais, os valores culturais, a dignidade humana, as manifestações culturais e etc. E tal conquista se dá na elaboração da Constituição Cidadã 1988 (BRASIL, 2002) que destacou em seu texto a necessidade de respeito a todas as manifestações étnico-raciais e culturais.

A escola não tem apenas o papel somente de transmitir os conteúdos oficiais e manuseá-lo como um fim de “coisificação”, segundo (ADORNO, 2006) logo, tem-se por obrigação formar e informar discentes críticos agentes do processo histórico em que vivem.

No entanto, é necessário esclarecer que a política nacional educacional brasileira, tem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Embora coloque que não devem ser entendidos como regra. Entretanto, são utilizadas outras formas de “exigir” os conteúdos sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre elas são: ENEM, Provinha Brasil e no Estado de São Paulo a exigência do Caderno de conteúdos seriados, a avaliação SARESP, o registro de matéria ao on-line e etc. Nota-se que é o reflexo explícito de um currículo oficial que, por sua vez valoriza a cultura burguesa, enquanto, ironicamente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) preconiza o respeito às culturas e a valorização da diversidade.

Ainda assim, é necessário levar em conta que tais Parâmetros Curriculares Nacionais foram construídos por vias democráticas neoliberais, pois, no propósito de afirmar que existe algo que aborde a diversidade cultural e o currículo escolar. Porém, esses materiais quando chegaram às escolas ficaram e ficam nos armários da biblioteca, não houve uma formação contínua interdisciplinar de professores, para que pudessem ter um olhar mais crítico sobre as culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras. Logo então, para a superação dos preconceitos, das discriminações, do reconhecimento da identidade e até mesmo da formação autônoma reflexiva enquanto educador e educadora.

Parafraseando Gomes (2006) rever as práticas pedagógicas é não aceitar um discurso democrático falso, como “uma educação igual para todos” ou “todos são iguais”, isto não ameniza as diferenças sociais e étnico-raciais presente na sociedade brasileira, pelo contrário reforçam mais as desqualificação educacional e as desigualdades sociais e culturais.

Ainda nesse contexto Gusmão relata:

O pedido de Marcos Terena aos professores se justifica, pois a escola tem



sido o veículo de projeção de padrões e modelos que impedem o verdadeiro conhecimento, privilegiando um conhecimento dado e assimilado pela ordem institucional, nem sempre percebido pelos agentes sociais que conduzem o processo educativo. (GUSMÃO, 2003, p.92).

Nota-se a presença de um embate onde se procura educar e ensinar o diferente transformando-o em igual, ou seja, submetendo o sujeito a uma condição cultural dominante, “padronizada, natural, universal e humano” (GUSMÃO, 2003). Portanto, isso demonstra o despreparo do educador e educadora ao reproduzir um currículo impregnado de valores, costumes e crenças conservadoras e de cultura erudita.

Parafraseando Moreira e Tadeu (2011), o currículo está vinculado com o poder, e não há transgressão. Cabe então, rever os encaminhamentos dados ao currículo escolar, e esclarecer que houve ao longo da história da construção deste país, um extermínio da população nativa e uma imposição de sistema escravista, não somente dos nativos como, também dos negros trazidos à força da África.

Ainda nessa lógica Silva e Souza afirma:

Foram mais de trezentos anos de escravidão negra e indígena nos períodos colonial e imperial brasileiros. Olhando para este passado, é possível entender melhor o porquê da supremacia branca e o desprezo pelos negros e por outros grupos étnicos, associados às idéias de servidão, bestialidade e inferioridade. (SILVA; SOUZA, 2008, p.174).

Tal história colonialista tem que ser desvendada e rompida, pois, não se deve permitir o continuísmo romântico da desumanidade que ainda é contada nos livros didáticos (SILVA; SOUZA, 2008), que reforça uma política capitalista, individualista, competitiva, preconceituosa, discriminatória e neoliberal, “sistema esse cada vez mais dominado por uma ‘ética’ da privatização, do individualismo alienado, da ganância e do lucro” (MOREIRA; TADEU, 2011).

Isto demonstra o quanto os livros didáticos são tradicionais nas suas abordagens, logo então, o sujeito na sua consonância histórica está preso à alienação, ao consumismo desenfreado e perverso, sendo que o mesmo, não percebe que está condicionado a uma massificação ideológica e de aculturação (ADORNO, 2002). Com esses paradigmas quem toma conta do processo socioeconômico e cultural, é indústria cultural dos divertimentos sendo que não torna a vida mais humana, pelo contrário, parece mais um jogo de sedução, de fantasias e alienação, que faz permanecer as desigualdades sociais (ADORNO, 2002), pois, está vinculado a uma mercadoria de consumo vendável.

Entretanto, são produções humanas, produto decorrente das relações sociais, porém, a riqueza é mais para uns do que para outros, ou seja, quem desfruta de fato é classe burguesa. Daí a força do currículo uma vez trabalhado de forma equivocada podem reforçar os preconceitos, as intolerâncias e as discriminações que já estão “enraizadas no processo histórico e, sendo que ao mesmo tempo estão ligados às relações de classe, gênero, orientação sexual, raça, religião e cultura” (BRASIL, 2006).

Todavia tratam a cultura como uma coisa determinante, ou quando não abordam conceitos evolucionistas e positivistas, classificando os seres humanos portadores apenas de necessidades biológicas e de circunstâncias deterministas, pois, há um equivoco, logo, são seres culturais que vivem e modificam-se cotidianamente, em



reforço Larraia (2001) afirma, “[...] o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada”.

Isto demonstra que os seres humanos são frutos das relações sociais, das suas representações sociais e culturais, de trocas de experiências e convivências, da constituição de sua história, de seus valores, costumes, crenças e até mesmo da sua identidade nos limites de suas fronteiras.

Para tanto, a educação não perpassa somente em formar indivíduos para o mercado de trabalho, mas também que sejam formadores de opinião e, de tomada de decisões. Sendo assim, Kant (2009, p.89) afirmou, “após se libertarem do jugo da minoridade, espalharão em torno de si o espírito de uma apreciação racional do próprio valor e da tarefa de cada ser humano, que consiste em pensar por si mesmo”.

Neste aspecto o autor refere-se, ao esclarecimento da razão, que o indivíduo sai da sua condição de minoridade e atinge sua maioridade, ou seja, sujeitos esclarecidos, que fazem o uso da razão de forma autônoma. Ainda nesse sentido Moreira (2009) afirma que esse processo é facilitado por um processo educativo. Assim sendo, possibilitar ao cidadão o esclarecimento é ser oferecida nada menos/ ou nada mais, a condição da liberdade, pois, com possibilidade de reconhecer os fenômenos que o rodeia e, a partir daí refletir e se possível interferir e transformar o processo histórico em que vive.

De acordo com Pereira (2007), o currículo não é um ditame de seriado de conteúdos, ele extrapola as fronteiras, ou seja, seus limites, podendo estar aberto a procedimento de investigação, experimentação e manutenção de certos conteúdos de diversos saberes. Logo então, não é constituir um único currículo escolar. Contudo Pereira (2007, p.19), apresenta: “[...] elaborar/reelaborar tendências de ensino-aprendizagem permeadas pelo espírito da autocrítica e do respeito às diversidades sociais”. Portanto, um caminho de ação/reflexão/ação.

Para tanto, e de acordo com a Lei Federal nº 10.639/03 e que foi modificada pela a Lei Federal nº 11.645/08, além do ensino História da África e Cultura Afro-Brasileira, inclui-se também o ensino de História e Culturas Indígenas, isso demonstra avanços políticos, no que diz respeito à formação da identidade cultural na sociedade brasileira. (BRASIL, 1997).

Temos que reconhecer que tais conquistas são frutos das Ações do Movimento Negro no Brasil, mas não basta apenas sua efetividade somente em Lei e de obrigatoriedade nos currículos, é necessário criar um embate de superação e de reconhecimento da diversidade social e cultural, para isso a necessidade de políticas públicas, a formação contínua dos educadores, debates com a comunidade, pois, tornando a escola democrática de fato.

Dentro desse âmbito será possível refletir os conceitos ideológicos de dominação impregnados ao longo do processo histórico de europeização. Portanto, reconhecer a importância da diversidade social e cultural nesse contexto é revitalizar a significação e ressignificação das culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras.

Em suma, expandir a discussão e reflexão, sobre a diversidade cultural no Brasil juntamente com os discentes e docentes é traçar encaminhamentos que vão de encontro à realidade escolar, nesse sentido tornar escola um espaço democrático seria



uma das possibilidades para compreender melhor a diversidade social e cultural e, também investigar como currículo escolar aborda tal questão. A escola não pode ser reconhecida como um fim em si mesmo e, sim, espaço de ensino-aprendizagem e de formação do indivíduo, em que um Ser aprenderá a tornar-se Ser.

Logo, são necessárias ações que desmobilize os modelos dominantes, para Apple (2011, p. 90). “O currículo [...] deve ‘reconhecer as próprias raízes’, na cultura, na história e nos interesses sociais que lhe deram origem”. Contudo, a partir do momento que se têm referência de identidade e consciência de valores, o Ser não é, mas um anonimato e sim, sujeito de transformação da sociedade em que vive.

Nesse contexto entender a escola, o currículo e a diversidade cultural é fortalecer as lutas sociais, com apontamentos políticos e éticos concretos que, tratam as relações étnico-raciais com respeito, dignidade e justiça. Em prol de uma escola democrática e reflexiva, portanto acreditamos que seja a grande tarefa dos educadores da modernidade.

Considerações finais

A temática do artigo é pertinente devido à escola ser um espaço de interações sociais, formação de grupos, de trocas experiências, manifestação das diferenças, “territórios” de poderes e exercícios de práticas de solidariedade. Assim sendo, torna-se um espaço rico para um estudo científico.

Nota-se que a escola é o espaço da diversidade social, racial, étnica e dos encontros das diferenças culturais, pois bem, como são tratadas essas questões no currículo escolar?

Ao referir-se: aos Afro-Brasileiros ou os remanescentes de quilombos ou quilombolas, os indígenas, os imigrantes, os trabalhadores do campo, as pessoas com deficiência. Contudo, Gomes (2007, p. 21) afirma: “estes constroem conhecimentos variados [...] que nem sempre são considerados pela escola”. O que se nota que o currículo escolar fica somente quantificando do que qualificando e, transforma-se uma cartilha absoluta que procura branquear, naturalizar e padronizar as diferenças sociais e culturais.

Para tanto, currículo escolar pode ser uma referência de revitalização cultural, que aos longos dos anos foram ocultadas, ou seja, um currículo omissivo de ditames da cultura burguesa. Entretanto, pode-se afirmar que houve avanços políticos como, por exemplo, a Lei n. 10.639/03, que altera a Lei n. 9394/96, o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, faz reconhecer por meio de marco legal das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

E a partir de 2008, tem-se a Lei Federal nº 11.645/08, além do ensino História da África e Cultura Afro-Brasileira, inclui-se também o ensino de História e Culturas Indígenas. Daí o princípio de igualdade e dos mesmos direitos. Cabe lembrar que o outro pode apresentar-se ao outro muito mais como semelhante do que diferente.

Então, é inadmissível aceitar que em pleno século XXI a escola seja omissa aos problemas das diferenças sociais e culturais no âmbito escolar, assim é de importância expandir a discussão e reflexão, juntamente com os professores, discentes,



pais, autoridades públicas e a comunidade entorno da escola, e a partir daí traçar encaminhamento de projetos políticos pedagógicos, que vão de encontro à realidade escolar.

Tornar a escola um espaço democrático e de emancipação seria uma das possibilidades de combate à intolerância étnico-racial e, de efeitos contrários às manifestações que dilaceram o seu meio. A escola não pode ser reconhecida como, fim em si mesmo e, sim, como meio de formação cidadã, de ensino-aprendizagem e de relação socioculturais.

Contudo, ao que tratar o tema é necessário demonstrar que o respeito mútuo é caminho para viver em uma sociedade movida pela cooperação, dignidade e a paz. Para tanto, a escola enquanto instituição tem por dever ético inserir no seu currículo a diversidade cultural, não somente em datas comemorativas e de folclorização. Contudo, debater estas questões e outras que tem ocorrido no cotidiano, propiciando a nossas crianças e jovens a possibilidade de construção cidadã, de fortalecimento da identidade e o respeito às diferenças. Até porque são por meio delas que vamos perceber as contradições das desigualdades sociais e culturais estabelecidas por uma classe social burguesa. Portanto, a educação ainda é o melhor caminho para uma cultura de paz na sociedade brasileira.

Referências

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In. MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz. **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. ed. 2006.

BERNARDO, Dêlcio José. Jongo: uma didática a caminho da escola. In. SILVA, René Marc da Costa, (Org.). **Cultura popular e educação – Salto para o Futuro**. Brasília: TV Escola, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: SEPPIR, 2005.



_____. Secretaria de Educação Fundamental, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In. ABRAMOWIZ, Lucia Maria de Assunção Barbosa; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

Gomes, Nilma Lino, (Org). **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: “que é esclarecimento?”. In. MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão e Foucault. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LOPES, Ana Lúcia. Currículo, escola e relações étnico-raciais. In. **Educação: africanidades**: Brasil. Brasília: [s.n.], 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo: conhecimento e cultura: sobre a qualidade na educação básica e a concepção de currículo. **Salto para o Futuro**, ano 19, n. 1, abr. 2009.

_____; TADEU, Tomaz. **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola**: questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, Giovani José da; SOUZA, José Luiz de. **Educar para a diversidade étnico-racial e cultural**: desafios da educação inclusiva no Brasil. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, v. 33, n. 1, p. 169-192, jan./jun. 2008.

